

A curricularização das práticas de extensão na PUC Minas

Curricularization of extension practices in PUC Minas

Márcia Colamarco Ferreira Resende¹
Lucimar Magalhães de Albuquerque²
Tatiane dos Reis Moreira³
Brenda Kelly Nunes de Oliveira Borges⁴

RESUMO

A curricularização das práticas de extensão na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG)⁵ faz parte de um processo que vem se consolidando no campo das ideias há alguns anos, entretanto, a sua efetivação para impetrar tal intencionalidade da Universidade (e a construção deste novo caminho) é mais recente. Tratar sobre tal provocação pode parecer uma questão quase ancestral, pois é sabido que o reconhecimento da extensão universitária como atividade-fim formativa está posta em diversos documentos nacionais, da mesma forma a sua necessária integração com o ensino e a pesquisa sempre foi ressaltada. Contudo, a temática é atual, em diferentes tempos ou roupagens, e a insistente questão é: como alcançar o enraizamento da extensão em todos cursos universitários e garantir o princípio da indissociabilidade ao mesmo tempo? Deste modo, parece importante integrar estas questões com as novas exigências postas para o ensino superior no Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 13.005/2014) que prevê “[...] no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.” (BRASIL, 2014, p.74). Portanto, o objetivo deste artigo é resgatar o processo de implementação da curricularização da extensão na PUC Minas, pensá-lo articuladamente com suas dimensões formativas e demarcar nossa história até o presente momento, e, sobretudo, compartilhar este percurso com outras Instituições de Ensino Superior (IES).

Palavras-chave: Extensão Universitária. Ensino Superior. Indissociabilidade. Curricularização.

ABSTRACT

The curricularization of extension practices at the Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG) is part of a process that has been consolidating in the field of ideas for some years. However, its implementation to impel such intentionality of the University (and the construction of this new path) is more recent. To deal with such a provocation may seem an almost ancestral matter, since it is well known that the recognition of university extension as a formative final activity is set out in several national documents, in the same way that its necessary integration with teaching and research has always been reserved. However the theme is current, at different times or at different times, and the insistent question is: How to reach the radicalization of extension in all university courses and guarantee the principle of inseparability at the same time? Thus, it seems important to integrate these issues with the new demands placed on higher education in the National Education Plan - PNE (Law N°13.005/

¹ Professora Mestre do curso de Fisioterapia da PUC Minas e coordenadora de Acompanhamento de Projetos Pedagógicos de Cursos da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas. E-mail: colamarcom@gmail.com

² Professora Doutora do curso de Psicologia da PUC Minas e coordenadora de Acompanhamento de Projetos Pedagógicos de Cursos da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas. E-mail: luzdemaio@gmail.com

³ Bacharel em Direito e Assistente da Coordenação de Acompanhamento de Projetos Pedagógicos de Cursos da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas. E-mail: tatianermoreira@outlook.com

⁴ Graduanda do Curso de Letras da PUC Minas. Extensionista da Coordenação de Acompanhamento de Projetos Pedagógicos de Cursos da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas. E-mail: brenda_kob@hotmail.com

⁵ As autoras expressam seu agradecimento especial ao Prof. Wanderley Chieppe Felipe e às professoras Rita de Souza Leal e Magda Maria Diniz Tezzi pelo apoio recebido, nesses últimos anos, para consolidação desse objetivo institucional.

2014) which provides "[...] at least 10% total credits required for graduation in programs and projects of university extension, directing their action, primarily, to areas of great social relevance "(Brazil, 2014, p.74). Therefore, the purpose of this article is to reassemble the process of implementing the curricularization of extension at PUC Minas, to think it articulately with its formative dimensions and to demarcate our history up to the present moment, but above all, to share this course with other Institutions of Higher Education (IES).

Keywords: University Extension. Higher Education. Indissociability. Curricularization

1. INTRODUÇÃO

A concepção que se tem na PUC Minas é de que a qualificação do processo de ensino-aprendizagem se dá no necessário diálogo entre as dimensões ensino, pesquisa e extensão. O desafio é pensá-las e organizá-las articuladamente, de modo a se consolidarem no campo das ideias e se efetivarem na prática, uma vez que a interligação destas três dimensões formativas relaciona-se com os objetivos e as intencionalidades da existência da Universidade.

Nessa perspectiva acadêmica, pautada no princípio da indissociabilidade, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX) formalizou, em maio de 2015, a proposta de uma nova modalidade de ação extensionista intitulada “prática curricular de extensão”, por meio da Resolução nº 02/2015, que aprovou o Regulamento da PROEX (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2015).

De acordo com o art. 5º, VII do Regulamento, consideram-se práticas curriculares de extensão:

as atividades acadêmicas desenvolvidas em estrita vinculação com os componentes curriculares do curso, tendo como pressuposto a interação aluno, professor e sociedade, visando estabelecer relações entre a realidade e a produção do conhecimento, tendo em vista proporcionar aos participantes formação integral, comprometida com a mudança social. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2015, p.4)

Tal conceito é resultado de um conjunto de conhecimentos e de experiências já acumuladas na Universidade e realçou os contornos observados em algumas atividades de extensão que já vinham sendo desenvolvidas pelos cursos de graduação e acompanhadas pela PROEX, a saber: a integração com o ensino, a possibilidade de vinculação à pesquisa, a construção de processos multi, inter e transdisciplinares, e, principalmente, a ampliação dos espaços de reflexão crítica sobre situações-problema reais, especialmente do entorno da Universidade.

Nesse sentido, acredita-se que as práticas curriculares de extensão, enquanto um componente curricular, podem contribuir para a transformação tanto do aluno e do professor, quanto da sociedade. Transformação essa propiciada pela troca de conhecimentos que constitui uma relação que se retroalimenta.

Em 2014, Filgueiras e Rezende já discutiam os benefícios da integração entre ensino, pesquisa e extensão, sinalizando que as atividades de extensão integradas aos currículos dos cursos da PUC Minas propiciavam uma oportunidade para os alunos compreenderem a realidade em que estão inseridos. Nas palavras das autoras, “ao invés de ‘falar sobre’ a sociedade, passa-se a ‘falar com’ ela.” (FILGUEIRAS; REZENDE, 2014, p12).

A partir da aprovação do Regulamento da Proex, em 2015, as equipes envolvidas com a sua implementação e o Pró-Reitor de Extensão buscaram se reunir com todos colegiados em todas as unidades da PUC Minas. Naquela ocasião, estabelecer novas aproximações e ganhar maior capilaridade se fazia necessário, além disso, o diálogo foi fundamental para sensibilizar os diferentes gestores da instituição. Tal aproximação também possibilitou agregar um conjunto de informações que foram sistematizadas e gravadas em CD, que, posteriormente, foi repassado aos colegiados.

Nos anos de 2016 e 2017, a PROEX da PUC Minas empreendeu esforços para:

- a) Disseminar em toda a Universidade essa nova modalidade de extensão universitária;
- b) Criar critérios que qualificassem as práticas de extensão;
- c) Capacitar professores e coordenadores de extensão da PUC Minas para a realização e a avaliação das práticas de extensão;
- d) Ampliar as práticas de extensão para os cursos que ainda não tinham essa experiência;
- e) Organizar, na PUC Minas, o processo de “curricularização das práticas de extensão”.

Com todas essas ações sendo implementadas, surge um desafio: já que essas práticas acontecem em estrita vinculação com componentes curriculares, mais do que nunca, torna-se importante a integração real entre ensino e extensão. E esse é um desafio que permeia desde a sala de aula até os diversos níveis de gestão dessas atividades. Assim, os colegiados dos cursos passam a ser não só parceiros do processo de curricularização das práticas de extensão, mas corresponsáveis por sua implementação, execução, acompanhamento e avaliação.

Tornou-se de extrema importância o trabalho integrado entre o colegiado e a coordenação de extensão do curso, entre as diretorias acadêmicas e as coordenações de extensão das Unidades / *Campi*, entre as diretorias de Institutos / Faculdades e suas respectivas coordenações de extensão e da PROEX com a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD).

Considera-se que este tenha sido um grande passo em direção à conquista da indissociabilidade entre ensino e extensão, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, que, ao estabelecer este princípio, afirma o papel fundamental da extensão universitária em uma formação acadêmica comprometida com a transformação social.

Outro ponto importante a ser ressaltado é uma necessária reflexão sobre metodologias adequadas às práticas curriculares de extensão. Mesmo os relatos de caso do processo conhecido como “curricularização da extensão universitária” ainda são escassos na literatura e, muitas vezes, se limitam às Universidades Públicas (UFRJ, 2015). Isso sinaliza que o reconhecimento, a implantação, o registro, a validação e a avaliação dessa nova modalidade extensionista ainda representam grandes desafios, não só para a PUC Minas, mas para diversas Universidades no país.

Diante do cenário desafiador em que a PROEX vem desenvolvendo o processo de curricularização das práticas de extensão, entende-se que um texto que relate o caminho percorrido pela PUC Minas até o momento possa contribuir para a definição das práticas de extensão em outras Instituições de Ensino Superior (IES).

2. UM PERCURSO EM CONSTRUÇÃO

As ações de extensão universitária da PUC Minas tiveram início na década de 60, com iniciativas isoladas dos cursos e departamentos voltadas para a assistência de comunidades em situação de vulnerabilidade. Ao longo dos anos, essas iniciativas foram se consolidando por meio das diversas modalidades de extensão, tais como programas, projetos, ações científicas, ações culturais, cursos e eventos que possibilitaram a interlocução entre a Universidade e os demais setores da sociedade.

Gradativamente, a Universidade foi ampliando sua atuação e seu envolvimento com a comunidade e, em 1983, após a Universidade Católica de Minas Gerais ter sido reconhecida como Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas), a então Pró-reitoria de Extensão e Ação

Comunitária foi estruturada. Pensando ainda em avanços institucionais, em 2003 iniciou-se um amplo debate no âmbito da PROEX sobre a estruturação e consolidação de uma política de extensão para a PUC Minas. Segundo consta no documento

O Censo das Atividades de Extensão, realizado naquele momento, confirmou a diversidade das ações e das concepções sobre a extensão o que exigiu uma sistematização dessas experiências à luz dos elementos citados acima. Como resultado dessas reflexões, o Grupo de Trabalho consolidou um documento, anteriormente citado, denominado “Documento-base da Política de Extensão Universitária - versão preliminar”, que foi amplamente socializado na comunidade acadêmica, buscando uma interlocução com os cursos, departamentos, Pró-reitorias, coordenação de extensão das unidades e *campi*, institutos e demais atores, na perspectiva de um processo de trabalho compartilhado. (PUC Minas, 2006, p.14)

Todo esse percurso culminou com a aprovação da Política de Extensão Universitária da PUC Minas, em 2006, que trouxe a concepção de extensão adotada pela Universidade, seus princípios, diretrizes, objetivos, modalidades e formas de avaliação. Em 2015, o Regulamento da PROEX foi aprovado e trouxe uma atualização do conceito e das diretrizes que norteiam a extensão universitária na instituição, trouxe, ainda, a estrutura organizacional da Pró-reitoria e as competências desse setor e dos seus órgãos internos.

Para as atividades de extensão que vinham acontecendo no âmbito das disciplinas, o Regulamento não só trouxe o seu reconhecimento, mas também abriu caminho para novos desafios. Até o ano de 2015, o registro dessas atividades era feito no plano de ensino da respectiva disciplina e em quatro formulários específicos para essas atividades, sendo tratadas como um evento pontual dentro do curso. Os Núcleos Temáticos⁶, que são órgãos administrativos da PROEX, eram responsáveis por identificar quais disciplinas realizavam essas práticas, informar e encaminhar os referidos formulários à Coordenação Setorial de Acompanhamento de Projetos Pedagógicos de Curso da Pró-reitoria.

Com a nova estrutura organizacional prevista no Regulamento, o papel de organização e operacionalização dos processos básicos de extensão universitária das Coordenações Setoriais foi consolidado e elas passaram a ter reconhecidas as seguintes atribuições:

- I. apoiar técnico-academicamente o Pró-Reitor de Extensão;
- II. orientar as ações dos Núcleos temáticos de Extensão e dos Coordenadores de Extensão;
- III. elaborar o planejamento de suas atividades;
- IV. propor a criação de instrumentos operativos e normativos que propiciem o gerenciamento acadêmico e administrativo das suas atividades;

⁶ Os Núcleos Temáticos da PROEX se subdividem em seis áreas: Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão, Núcleo de Investigação e Extensão da Criança, do Adolescente e do Jovem, Núcleo de Meio Ambiente e Saúde, Núcleo de Políticas Sociais e Urbanas, Núcleo de Tecnologia e Inovação, Núcleo de Trabalho e Produção. Esses núcleos agrupam e acompanham os cursos e respectivas áreas de conhecimento da Universidade.

- V. receber e encaminhar à Pró-Reitoria de Extensão as demandas internas e externas relacionadas à extensão universitária;
- VI. participar de reuniões e demais atividades acadêmicas e administrativas da Pró-Reitoria de Extensão, que envolvam matérias referentes ao seu campo de atuação. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2015, p.8-9)

Perante o cenário descrito inicialmente e as atribuições do setor, a Coordenação Setorial de Acompanhamento de Projetos Pedagógicos de Curso elaborou o seu Plano de Ação para 2016 pautado em cinco objetivos estratégicos:

1. Coordenar o processo de implantação das práticas curriculares de extensão na PUC Minas;
2. Elaborar instrumentos normativos para as práticas curriculares de extensão;
3. Desenvolver e implementar o Sistema de Gestão de Disciplinas de Extensão (GDE);
4. Apoiar, técnica e academicamente, a todos os componentes da rede PROEX, envolvidos com as práticas de extensão;
5. Estabelecer relação direta com a PROGRAD para registro e acompanhamento das práticas curriculares de extensão e dos projetos pedagógicos.

Apesar do reconhecimento da extensão universitária como atividade-fim nos diversos documentos oficiais da PUC Minas, a sua integração efetiva com o ensino e a pesquisa sempre foi um desafio para a dimensão administrativa da Universidade. Alguns autores discutem que este espaço foi, por muito tempo, reconhecido como um espaço de tensões internas do ensino superior. Em sua análise sobre essa indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, Gonçalves (2015) discute esse desafio das IES:

Na dimensão administrativa é possível afirmar que houve institucionalização nas Universidades. Há Pró-reitorias ou similares nas Universidades, normativas acerca da Extensão a ser nelas desenvolvida, e, em muitas, financiamento e/ou bolsas estudantis voltadas para tais atividades. Porém, aqui parece estar um dos principais desafios postos para a Extensão. A institucionalização administrativa constituiu e constitui um espaço de disputas e tensões internas, mas trata do problema menor, por assim dizer, pois, nesse processo, os *habitus* e as regras dos campos, constituídos social e historicamente, vão configurando as estratégias e os caminhos possíveis de consolidação.

O viés menos difícil de ser estabelecido parece ser aquele que se concretizou administrativamente: a Extensão como uma das funções, um dos elementos do tripé que constitui a missão da Universidade. O problema é que não necessariamente há diálogo estabelecido com os outros dois, ao menos não na forma como o princípio da indissociabilidade pressupõe. (GONÇALVES, 2015, p.1238)

Na PUC Minas, há alguns anos, as Pró-reitorias de Extensão e Graduação vêm estreitando o seu diálogo. Uma das principais estratégias desenvolvidas foi a presença da PROEX nos processos de análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos junto à PROGRAD. Essa presença garantiu, e ainda garante, repensar a singularidade de cada Projeto Pedagógico e trazer a extensão universitária permeando a formação dos alunos de maneira mais orgânica e não somente como mais um item obrigatório nesse documento. Nesse sentido, a parceria estabelecida entre PROEX e PROGRAD, nessas análises, foi fundamental para que as diretrizes que orientam as práticas de extensão fossem apropriadas pelos cursos de graduação no desenvolvimento das suas atividades.

3. O PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO

A estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, Lei 13.005, 2014) prevê “[...] no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.” (BRASIL 2014, p.74).

Segundo Imperatore *et. al.* (2015), a presença dessa estratégia no PNE desvela uma transição paradigmática no ensino superior brasileiro “a partir da reconexão social das IES, da ressignificação do ensino superior e do reconhecimento da extensão como função acadêmica integrada ao currículo.” (IMPERATORE *et. al.*, 2015, p.2). Ainda de acordo com esses autores, a estratégia 12.7 revigora a natureza e a identidade das IES Comunitárias quando valoriza a ação extensionista como o elo orientador da pesquisa, do ensino e da gestão.

Apesar de essa estratégia possibilitar a “compreensão dos currículos como um fenômeno que não pode ser distanciado da realidade” (DALMOLIN, 2017, p.33), existe uma grande preocupação com soluções simplistas que privilegiam o aspecto meramente quantitativo do cumprimento da meta.

É importante ressaltar que, em seu processo de curricularização da Extensão, a PUC Minas optou por não criar uma nova disciplina que tratasse especificamente da extensão universitária, mas sim, garantir sua vinculação aos conteúdos específicos de cada curso, por acreditar que isso facilitaria a integração do ensino com a extensão idealizada pela Universidade, evitando, assim, essa posição de “apêndice” ao currículo do curso, ou mesmo reforço de uma dicotomia histórica entre essas duas atividades-fim. A principal estratégia da Universidade foi, então, trazer as diretrizes da extensão universitária para dentro de algum

conteúdo específico do curso e, deste modo, promover o diálogo entre o saber científico e o saber popular, ente a teoria e a prática, possibilitando vivências extramuros para os alunos e fortalecendo a integração (ensino e extensão) tão desejada.

A importância da extensão universitária integrada a essas disciplinas se dá pelo desenvolvimento do senso crítico e reflexivo de alunos e professores, que é despertado na relação do conteúdo apreendido frente a uma comunidade real. Dessa forma, a extensão funciona como engrenagem propulsora do ensino, trazendo para a sala de aula questões atuais e reais da sociedade para serem problematizadas na IES (DIEHL;TERRA, 2013).

Para que esse processo fosse efetivado, inicialmente, foi realizado na Universidade um levantamento das disciplinas que já continham atividades de extensão registradas em seus respectivos planos de ensino. Nesse momento, o objetivo foi identificar e conhecer o que já estava sendo feito pelos professores. A verificação dessas disciplinas contou com a colaboração dos Núcleos Temáticos da PROEX, que estabeleceram contato com os coordenadores de extensão dos cursos e contribuíram com a coleta de todos os dados necessários. Além disso, também auxiliaram no desenvolvimento dos critérios de avaliação das práticas curriculares e na sua implantação, que serão descritos mais à frente.

No primeiro semestre de 2016, foram identificadas duzentas e cinco disciplinas que continham menção à extensão universitária em seu plano de ensino, o que equivale a um total de sete mil seiscentos e treze alunos envolvidos nas atividades de extensão nesse mesmo período. Já no segundo semestre, foram identificadas trezentas e vinte e nove disciplinas que faziam menção a alguma atividade de extensão, equivalente a um total de treze mil oitocentos e quarente e cinco alunos. Essa diferença entre os semestres pode ser explicada pelo seguinte fenômeno: após os seis primeiros meses de trabalho intenso da PROEX, para disseminar as práticas de extensão e capacitar o corpo docente da Universidade, foi possível aprofundar os levantamentos contando com a experiência de aproximação da rede PROEX com demais setores da universidade e com diferentes atores do processo.

Todo o esforço empreendido na identificação das disciplinas que já vinham desenvolvendo atividades de extensão acabou por incidir em situações desafiadoras para o processo de gestão da curricularização. Foram encontradas atividades de extensão em diversas disciplinas, mas que não eram registradas nos planos de ensino, bem como atividades de outra natureza que não caracterizavam a dimensão dialógica ou interdisciplinar essenciais para a formação extensionista, mas que eram indicadas e registradas como atividades de extensão universitária.

A complexidade dos acontecimentos do processo evidenciou a necessidade de ações integradas à Pró-reitoria de Graduação, visto que esses desafios suscitaram a permanente busca de soluções mais eficazes no fluxo de informações, a fim de evitar as distorções encontradas. Nesse contexto, foram realizadas reuniões entre a PROEX e a PROGRAD. Tal movimento direcionou os novos passos para uma busca ativa e a conferência das informações fornecidas de forma integrada entre as Pró-reitorias.

Ao final do primeiro semestre de 2016, foi definido que o registro e o acompanhamento das práticas curriculares de extensão seriam alterados, de tal modo que o registro deixaria de ser feito somente nos planos de ensino e passaria a ser previsto nas ementas das disciplinas.

A proposta foi que, inicialmente, cada departamento da PUC Minas fizesse a inclusão das práticas curriculares de extensão na ementa de no mínimo uma disciplina e de no máximo três, em cada curso. No segundo semestre de 2016, os diversos departamentos da PUC Minas se mobilizaram para realizar a análise dos seus currículos para a inclusão da prática curricular de extensão na ementa de algumas de suas disciplinas específicas. Nesse mesmo período, foi publicada a Resolução nº 02/2016, que aprovou a alteração das Normas Acadêmicas do Ensino de Graduação e de Pós-Graduação *Strictu Sensu* da PUC Minas e que, dentre outras alterações, trouxe a possibilidade de vinculação das práticas de extensão aos componentes curriculares.

Nesse mesmo documento, os componentes curriculares ganham a seguinte definição: “Entende-se por componente curricular, disciplina, atividade, exame ou qualquer outro requisito previsto no projeto pedagógico ou na legislação vigente”. Portanto, para que estejam vinculadas aos componentes curriculares, as práticas de extensão também deverão ser previstas no projeto pedagógico do curso. (PUC Minas, 2016, p.4).

Outro passo necessário foi garantir que as práticas curriculares de extensão de toda a PUC Minas atendessem aos princípios da extensão universitária. Para tanto a PROEX elaborou dois documentos específicos para essa modalidade extensionista, sendo eles: um modelo de Plano de Trabalho e um Formulário de Avaliação desse plano. O primeiro tinha o objetivo de registrar todo o planejamento do professor para a atividade proposta: objetivo, métodos, descrição das atividades e cronograma. Já o segundo era um formulário que o coordenador de extensão do respectivo curso deveria utilizar para cancelar o Plano apresentado pelo professor.

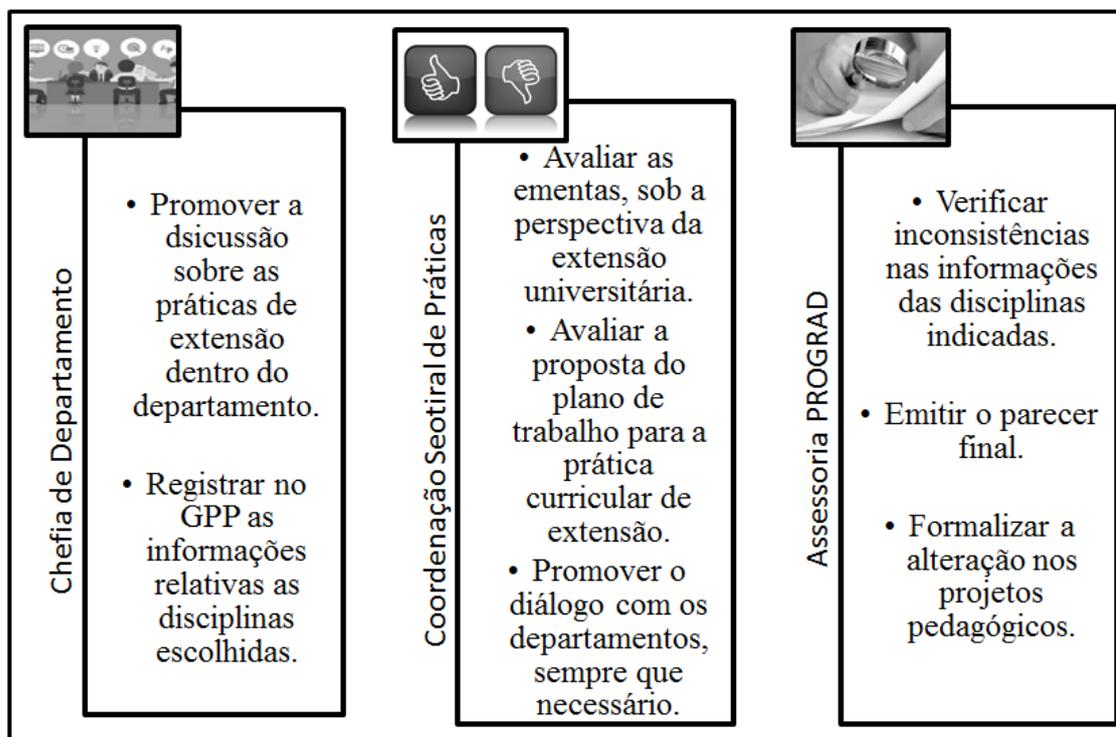
Esse formulário previa que as práticas curriculares de extensão pudessem garantir uma interação dialógica entre aluno, professor e outros setores da sociedade, além de propor uma intervenção social; promover a articulação do conhecimento inter, multi ou transdisciplinar; prever a formação humanística do aluno; ter relevância social e estar vinculada com a(s) unidade(s) de ensino da disciplina. Os dois formulários foram amplamente discutidos em toda a rede PROEX antes da sua implementação, sendo fruto de um trabalho compartilhado.

A partir da definição desses dois instrumentos, a Coordenação Setorial de Acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos realizou várias reuniões com coordenadores de extensão, coordenadores de cursos e diretores de Institutos e Faculdades da PUC Minas. O objetivo desses encontros era informar, capacitar e dialogar com os diversos atores envolvidos com as práticas curriculares de extensão, bem como com os que fariam parte do processo de implementação da nova modalidade de ação extensionista. Em todos os encontros, buscou-se deixar em evidência a observância às novas diretrizes encampadas pela Universidade a partir das tendências adotadas pelo Ministério da Educação.

O processo de registro das práticas nas ementas das disciplinas dos cursos foi todo feito no Sistema de Gestão de Projetos Pedagógicos (GPP) da PROGRAD. Isso possibilitou que tanto a PROEX quanto a PROGRAD tivessem papéis importantes durante todo o processo. Foi necessário um trabalho integrado e muito próximo das duas Pró-reitorias para que o registro acadêmico fosse adequado tanto às normas da graduação quanto às diretrizes da extensão universitária, sem que houvesse privilégio de um sobre o outro, mas sim, que fossem feitos de maneira integrada.

O fluxo apresentado na figura 01 mostra, de maneira esquemática, os passos desse processo de registro.

Figura 01 - Fluxo de atividades para o registro das práticas curriculares de extensão nas ementas das disciplinas dos cursos da PUC Minas



Fonte: Elaborado pelas autoras.

O resultado de todo esse trabalho pôde ser contabilizado no ano seguinte. Em 2017, cem por cento (100%) dos cursos da PUC Minas finalizaram o processo de inclusão das práticas de extensão na ementa, totalizando cento e cinquenta e nove disciplinas em toda a Universidade e podendo chegar a cerca de 9.540 alunos envolvidos nessa atividade.

Quando se faz uma análise descontextualizada e simplista dos números antes e após esse processo, ou seja, entre os anos de 2016 e 2017, pode-se incorrer no erro de uma interpretação equivocada do resultado. Apesar de o número de disciplinas ter sido menor em 2017, ao final do processo, todos os cursos da Universidade tinham pelo menos uma disciplina com prática de extensão prevista em seu currículo e com essa prática tendo sido discutida pelo seu departamento, ao passo que, em 2016, existia uma distribuição bastante desigual, com uma grande concentração dessas atividades nos cursos da área da saúde e uma inexistência delas em outros cursos. Além disso, outro avanço a ser considerado foi a grande melhora da qualidade das atividades propostas após a utilização do Plano de Trabalho e do Formulário de Avaliação para as práticas de extensão.

4. REGISTRO E VALIDAÇÃO DAS PRÁTICAS CURRICULARES DE EXTENSÃO

Desde 2006, a Política de Extensão da PUC Minas já ressaltava a importância do registro, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de extensão, não só para atender a requisitos internos, mas externos também:

A Extensão Universitária da PUC Minas deve ser avaliada de modo análogo às demais atividades-fim da Universidade e estar inserida no Programa Permanente de Avaliação Institucional (PROPAV), incluindo todos os atores envolvidos nas ações extensionistas, no âmbito interno e externo. Essa decisão é consistente com o estabelecido pelo SINAES.

O processo de avaliação da extensão do PROPAV estabelece os seguintes objetivos:

- Conhecer todas as ações da extensão universitária desenvolvidas pela PUC Minas.
- Demonstrar, consolidar e contribuir para aprimorar a qualidade da produção acadêmica desenvolvida na extensão universitária.
- Identificar o perfil da extensão na PUC Minas nas dimensões da política de gestão, de todas as ações extensionistas (programas, projetos, eventos, cursos, prestação de serviço, entre outras) e de infra-estrutura.
- Subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI). (PUC MINAS, 2006, p.21)

Nesse sentido, ao longo dos anos, foram criados mecanismos e sistemas de monitoramento e avaliação das ações da PROEX, para obter dados e informações precisas e consistentes, contribuindo com os diversos processos avaliativos aos quais a extensão universitária deve responder. Porém, como as práticas curriculares de extensão só foram reconhecidas formalmente na Universidade a partir de 2015, até aquele momento, nenhum dos processos desenvolvidos pela PROEX atendia a essa nova modalidade.

Naquele mesmo ano, PROEX, PROGRAD e a Gerência de Tecnologia da Informação (GTI) se uniram para desenvolver um sistema que fosse capaz de dialogar com o Sistema de Gestão Acadêmica (SGA) e auxiliar na gestão, acompanhamento e avaliação das práticas curriculares de extensão da Universidade. Foi desenvolvido, então, o Sistema de Gestão de Disciplinas de Extensão (GDE).

A implantação desse sistema ocorreu de maneira gradual. Inicialmente foi realizado um trabalho integrado junto à PROGRAD para inserção do GDE no SGA, o que foi efetivado no primeiro semestre de 2016. Além de ser uma importante ferramenta para o registro das práticas, o GDE também se tornou, indiretamente, um instrumento de divulgação da extensão universitária, a partir do momento que a “aba” do sistema ficava visível para todos os usuários do SGA, independentemente de esse usuário ter ou não uma disciplina com prática de extensão.

Após essa inserção, foi realizado, durante o ano de 2016, um teste piloto do GDE com vinte e seis professores, representantes de todos os Institutos / Faculdades e Unidades / *Campi* da PUC Minas. Esse piloto teve como produto direto a elaboração de três tutoriais sobre o GDE: um destinado aos professores responsáveis pelas disciplinas, outro destinado às coordenações de extensão dos cursos para a avaliação e chancela do plano de trabalho e outro destinado aos alunos da disciplina. Esses instrumentos foram desenvolvidos com o objetivo de auxiliar todos os atores do processo no registro das atividades desenvolvidas nas práticas curriculares de extensão. Todos foram disponibilizados dentro do próprio sistema.

Outra ação importante foi a capacitação dos professores para a utilização do sistema. Os professores foram treinados e acompanhados pela Coordenação Setorial de Acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e pela GTI durante todo o período do piloto. Esse acompanhamento foi de extrema importância para os ajustes e o aprimoramento do GDE. O objetivo final do teste piloto foi obter o melhor desempenho do sistema no momento em que ele fosse colocado à disposição de toda a PUC Minas.

O sistema previa os seguintes passos:

1. O professor da disciplina registra um plano de trabalho que traz toda a previsão das atividades que serão desenvolvidas ao longo do semestre;
2. O coordenador de extensão do respectivo curso avalia as atividades propostas utilizando o formulário de avaliação das práticas de extensão e chancela, ou não, o plano de trabalho. O GDE prevê três possíveis ações para esse coordenador: a chancela do plano; a solicitação de alterações para o professor que elaborou o plano e a solicitação de um parecer da PROEX antes de ele emitir a chancela;
3. Assim que é chancelado, o plano de trabalho fica disponível para a consulta dos alunos;
4. Ao final do semestre os alunos devem acessar o sistema e postar um relatório quantitativo das atividades realizadas, além de uma autoavaliação sobre sua experiência com a prática de extensão.

Vale lembrar que todo esse processo é acompanhado pela Coordenação de Acompanhamento de Projetos Pedagógicos de Curso da PROEX.

As quatro etapas citadas acima são realizadas por meio de formulários previamente elaborados pela PROEX. Esses instrumentos foram amplamente discutidos com toda a rede vinculada à extensão universitária da PUC Minas antes da sua efetiva implantação. No caso dos formulários de avaliação dos alunos, a Coordenação Setorial de Acompanhamento,

Monitoramento e Avaliação participou de maneira ativa na determinação das variáveis a serem consideradas. O formulário de autoavaliação tem como principal objetivo coletar dados sobre a percepção dos alunos diante da sua experiência e do aprendizado a partir das práticas de extensão.

Em fevereiro de 2017, o sistema foi implantado em toda a Universidade, para todas as disciplinas que tinham as práticas de extensão previstas na sua ementa. Apesar do extenso teste piloto, alguns ajustes no sistema ainda foram necessários ao longo do ano, mas, talvez, o maior desafio nesse momento, tenha sido o estranhamento de professores e alunos com a necessidade de registro dessa nova modalidade de extensão universitária.

Outro desafio que ainda fica para a instituição é a possibilidade de participação da comunidade externa no processo de registro e avaliação dessas práticas. Como o GDE está inserido em um sistema acadêmico, somente aquelas pessoas formalmente vinculados à Universidade (alunos, professores e funcionários) têm acesso ao sistema.

Dalmolin *et al.* (2017) discutem a curricularização da extensão universitária e chamam a atenção para o esforço em se pensar na transversalidade entre a extensão, a pesquisa e o ensino de maneira dialógica com a sociedade.

A concretização da curricularização, assim como da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão, supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciam na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e no interesse da maioria da sociedade. Dessa forma, acredita-se que a cada instituição cabe encontrar o seu caminho, correndo riscos e avaliando constantemente o seu processo com o *dentro* e o *fora* dela, sem nunca perder de vista a formação para a autenticidade e para a pluralidade e convivência democrática. (DALMOLIN *et. al*, 2017, p.33)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de curricularização das práticas de extensão na PUC Minas foi marcado por um esforço pela institucionalização e para alcançar uma formação humanizadora. Para tanto, foi mister possibilitar o constante diálogo entre setores da Universidade e a elaboração de instrumentos para registro e avaliação dessas atividades, pela criação e implementação de um sistema que acompanhasse e validasse tais práticas.

Em todo processo de mudança, é necessário persistir junto a todos os atores pertencentes a esse processo; desta maneira, o ano de 2017 se encerra com 100% dos cursos ofertados pela Universidade tendo indicado no mínimo uma disciplina com prática curricular de extensão e com essa disciplina registrada e monitorada no GDE.

Apesar de os dois últimos anos terem sido anos de muitos avanços, muitos ainda são os desafios para a identificação, o reconhecimento, a implantação, o registro, a validação e a avaliação dessa nova modalidade extensionista em uma Universidade do porte da PUC Minas. Toda a experiência vivida em 2016 e 2017 sinaliza que o caminho para o sucesso das ações tem sido o trabalho integrado entre os componentes da rede PROEX e desses com os seus respectivos parceiros na rede PROGRAD. Nunca antes o trabalho entre ensino e extensão esteve tão integrado e este parece ser um caminho sem volta, por meio do qual toda a Universidade só tem a ganhar.

Portanto, é urgente a necessidade de compreendermos e questionarmos o ponto que estabelecemos como partida em cada prática, ou melhor, de cada *práxis* adotada na extensão. Dentre as várias modalidades de extensão universitária, a existência de um processo inovador evidencia vários fios que se cruzam, que se afastam e, por vezes, que se distinguem, o que demanda de nós uma melhor visão da dinâmica desta “rede de trocas”. Demanda, também, reflexões sobre suas perspectivas teóricas e factuais para enraizar a curricularização da extensão em âmbito nacional, além de pesquisas que avaliem a contribuição da mesma para a formação discente e docente e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- BENETTI, Pablo César; SOUZA, Ana Inês; SOUZA, Maria Helena do Nascimento. **Guia de Creditação da Extensão na UFRJ**. Rio de Janeiro: Pró-reitoria de Extensão UFRJ, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- DALMOLIN, Bernadete Maria; SILVA, Marcio Tascheto da; VIEIRA, Adriano José Hertzog. Bases pedagógicas para pensar a curricularização da extensão. In: RIFFEL, Cristiane Maria; SANTOS, Pedro Floriano dos. (Org.). **Extensão universitária: perspectivas de aprendizagem e sentidos na educação superior**. Itajaí: Univali, 2017. Cap. 1, p. 15 – 36.
- DIEHL, Bianca Tams; TERRA, Elisa Lübeck. A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão: do legal ao real. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v. 28, n. 2, p. 166-185, jul./dez. 2013.
- FILGUEIRAS, Karina Fideles; REZENDE, Ana Luiza. Introdução do livro dos artigos dos projetos fomentados pela PROEX/PUC Minas 2011-2012. In: FELIPPE, Wanderley Chieppe; FILGUEIRAS, Karina Fideles (Org.). **Projetos de Extensão: saúde, educação, novas tecnologias e cidadania na PUC Minas**. Belo Horizonte: FUMARC, 2014. 216p.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015.

IMPERATORE, Jorge Luis Ribeiro; IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da Extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. In: XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, Desafios da Gestão Universitária no Século XXI, 2, 3 e 4 de dezembro de 2015, Mar del Plata. **Anais eletrônicos**. Mar del Plata, 2015. Disponível em <
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/136064>>. Acesso em 15 fev. 2017.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. **Resolução Nº 02/2015**. Aprova o Regulamento Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas (Processo CONSUNI nº02/2015). Belo Horizonte: PUC Minas, 2015. Disponível em <
<http://www2.pucminas.br/proex/index-link.php?arquivo=documento&pagina=4951>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Resolução N.º 02/2016. Aprova alteração das Normas Acadêmicas do Ensino de Graduação e de Pós Graduação Stricto Sensu da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com a redação dada pelas Resoluções nº 03, de 11 de maio de 2012, e nº 02, de 27 de março de 2015, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Processo CEPE nº 02/2016). Belo Horizonte: PUC Minas, 2016. Disponível em: <
http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20121117163215.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.